Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

TCE-MT apresenta plano inovador de gestão de resíduos para erradicar lixões em nove cidades do Araguaia

Tribunal de Contas articula solução integrada que beneficiará 93,8 mil pessoas com investimento de R$ 14,45 milhões

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) finalizou, nesta quinta-feira (26), a Mesa Técnica que resultou em uma estratégia regional coordenada para eliminação de resíduos sólidos e encerramento de lixões em nove municípios localizados no Portal do Araguaia. Desenvolvido ao longo de aproximadamente um ano de trabalho colaborativo, o projeto contempla a implantação de seis estações de transbordo e direcionamento dos resíduos para um aterro regional, atendendo a uma população de cerca de 93,8 mil habitantes, com estimativa de investimento inicial de R$ 14,45 milhões.

A iniciativa foi conduzida pelo conselheiro Waldir Teis e integra a política institucional de consensualismo do TCE-MT, que reúne gestores públicos, órgãos fiscalizadores e representantes da sociedade para desenvolver respostas eficazes a desafios complexos da administração pública. O plano foi construído em parceria com o CIDESAPA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Portal do Araguaia.

A proposta técnica prevê a construção de cinco novas estações de transbordo e a adequação de uma existente em Novo São Joaquim. O sistema operacional contará com quatro caminhões e nove contêineres compartilhados entre os municípios. Um aterro privado será instalado em Pontal do Araguaia, sujeito a licenciamento ambiental e contratação seguindo os trâmites legais. Complementarmente, o projeto inclui iniciativas de aproveitamento de materiais recicláveis, integração de catadores de resíduos e restauração ambiental dos espaços ocupados por lixões.

Um Termo de Compromisso Interinstitucional foi assinado nesta quinta-feira, estabelecendo o apoio do Governo Estadual através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) para investimentos em estrutura e equipamentos. Os municípios, mediante o Consórcio Intermunicipal, assumem a responsabilidade pelos custos operacionais, gestão e preservação do sistema.

A secretária-executiva da Sinfra, Maria Stella Conselvan, explicou os próximos passos: